

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA
(PROLAM)

MARIANA BEATRIZ MATALUNA

POLÍTICAS DE ATENDIMENTO ESCOLAR A PESSOAS COM
NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS:
UM ESTUDO COMPARADO (BRASIL E ARGENTINA)

São Paulo

2007

MARIANA BEATRIZ MATALUNA

POLÍTICAS DE ATENDIMENTO ESCOLAR A PESSOAS COM
NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS:
UM ESTUDO COMPARADO (BRASIL E ARGENTINA)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM) da Universidade de São Paulo (USP), como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre.

Linha de pesquisa: Economia, Sociedade e Estado.

Orientador: Prof. Dr. Afrânio Mendes Catani.

São Paulo

2007

A Adriano, cúmplice e promotor do início, continuidade e finalização da Pós-Graduação.

A mis padres, por haberme apoyado en todas las decisiones que tomé en la vida.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer ao meu orientador acadêmico, Prof. Dr. Afrânio Mendes Catani, que confiou em minha possibilidade de realizar o Mestrado e que tratou com leveza minhas inquietações e dúvidas.

Também sou grata a Adriano Botelho, que me ajudou nessa caminhada, lendo meus textos todas as vezes que eu pedia, dando sugestões e conselhos.

Às Professoras Doutoras Rosângela Gavioli Prieto e Shirley Silva, que integraram o Exame de Qualificação, pelas valiosas contribuições para o aprimoramento do presente trabalho.

A Silvia Bersanelli, por ter me estimulado a adentrar no estudo desta interessante temática, enriquecendo a pesquisa com contribuições teóricas e horas de discussão sobre a educação especial na Argentina.

Às Professoras Doutoras Margarida Maria de Andrade, Lea Francesconi e Odette Carvalho de Lima Seabra do Departamento de Geografia da USP pela calorosa acolhida nestes anos de vida no Brasil.

RESUMO

A presente dissertação tem como tema as políticas públicas de atendimento escolar a pessoas com necessidades educacionais especiais implementadas no Brasil e na Argentina na década de 1990, mediante a análise de documentos nacionais e internacionais e das legislações internas de cada país. Observa-se nesses países uma tensão entre a ampliação dos direitos de cidadania em um contexto de retração da ação direta do Estado com relação à prestação de serviços públicos. Os discursos oficiais em ambos os países privilegiam o atendimento na rede regular de ensino das pessoas com necessidades especiais, em consonância com a tendência mundial proposta pela UNESCO. Apesar disso, ainda não foram geradas as condições adequadas para esse atendimento, fato que pode ser comprovado através da análise das políticas e práticas de formação e capacitação de professores estudadas no presente trabalho.

Palavras-chave: Políticas educacionais; Inclusão; Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais; Argentina; Brasil.

ABSTRACT

The subject of the present work is the public policy of educational services to handicapped people implemented in Brazil and Argentina in the 90's through the analysis of national and international documents and the legislation of each country. We can observe in these countries a tension between the expansion of the citizenship rights in a context of contraction of the supply of public services by the State. The official discourse in both countries favoured the service of the handicapped in the regular school system, in harmony with the international tendency suggested by the UNESCO. However, the suitable conditions to provide this service have not been generated yet. This fact can be proved by the analysis of the policies and practices of teachers initial training and professional development studied in the present work.

Key-Words: Educational policies; Inclusion; Handicapped People; Argentina; Brazil.

RESUMEN

La presente disertación tiene como tema las políticas públicas de atención escolar a personas con necesidades educativas especiales implementadas en Brasil y en Argentina en la década de 1990, mediante el análisis de documentos nacionales e internacionales y de las legislaciones internas de cada país. Se observa en estos países una tensión entre la ampliación de los derechos de ciudadanía en un contexto de retracción de la acción directa del Estado en relación a la prestación de servicios públicos. Los discursos oficiales en ambos países priorizan la atención de las personas con necesidades especiales dentro del régimen de escolaridad común, en consonancia con la tendencia mundial propuesta por UNESCO. Sin embargo, aún no fueron generadas las condiciones adecuadas para esa atención, hecho que puede ser comprobado a través del análisis de las políticas y prácticas de formación y capacitación de profesores estudiadas en el presente trabajo.

Palabras-claves: Políticas educativas; Inclusión; Personas con Necesidades Educativas Especiales; Argentina; Brasil.

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

BM – Banco Mundial

CF/88 - Constituição Federal de 1988

CEB - Câmara da Educação Básica

CENESP- MEC - Centro Nacional de Educação Especial – Ministério de Educação e Cultura

CFCE – Consejo Federal de Cultura y Educación de la República Argentina.

CNE - Conselho Nacional de Educação

CORDE - Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência

EC-14/96 - Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

FMI - Fundo Monetário Internacional

FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96. Brasil

LFE – Ley Federal de Educación nº 24195/93. Argentina.

MEC - Ministério da Educação e Cultura

NEBA – Necessidades Básicas de Aprendizagem

NEE – Necessidades Educacionais Especiais

ONGs – Organizações Não Governamentais

PNE - Plano Nacional de Educação

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SEESP - Secretaria de Educação Especial

SNU – Superior no Universitário

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	09
Capítulo 1. O processo de reestruturação do Estado no Brasil e na Argentina	15
1. Brasil - elementos de uma modernização conservadora	19
2. Argentina - uma década liberal	22
3. A ampliação dos direitos sob o Estado democrático e a educação	26
a) A ampliação dos direitos sob o Estado democrático capitalista.....	26
b) O papel da educação no contexto de ampliação dos direitos.....	30
c) A questão da inclusão educacional: uma primeira aproximação	33
d) Política, políticas e reformas.....	37
4. A reforma educacional da década de 1990 no Brasil e na Argentina.....	39
a) A reforma educacional no Brasil e a sanção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	42
b) Reforma Educacional na Argentina e a sanção da Ley Federal de Educación.....	47
Capítulo 2. Educação especial e Necessidades Educacionais Especiais: conceitos e contextos	59
1. Integração e Inclusão	59
2. Breve histórico da educação especial	62
3. O surgimento do conceito de “necessidades educacionais especiais”.....	74
4. A inclusão educacional: O movimento “Regular Education Initiative” - REI.	78
5. O início de medidas de inclusão no Brasil e na Argentina	82
6. Documentos internacionais da UNESCO	88

Capítulo 3. Análise da Legislação sobre políticas de atendimento escolar a	
 pessoas com necessidades educacionais especiais	98
1. A educação especial nas Constituições: Constituição Federal (1988) e Constitución Argentina (1994)	100
2. A Educação Especial na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) do Brasil e na Ley Federal de Educación (1993) da Argentina.....	105
3. Acuerdo Marco para la Educacion Especial e Documento “El aprendizaje en alumnos con necesidades educativas especiales” da Argentina e Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica no Brasil.....	116
Capítulo 4. Idéias e contextos da formação inicial e continuada dos professores:	
 aproximações e diferenças entre Brasil e Argentina.....	134
1. Algumas notas sobre a formação docente no Brasil	138
2. Algumas notas sobre a formação docente na Argentina	141
3. A formação docente para o atendimento das pessoas com necessidades educacionais especiais no Brasil e na Argentina	148
Considerações Finais	156
Anexo – Documentos analisados	163
Referências	164